

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 168/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

Aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Pedido do Presidente da República de assentimento da Assembleia da República à sua deslocação a Espanha no dia 19 de fevereiro próximo, para uma visita à Corunha e encontro com o Rei de Espanha, no contexto de uma cerimónia do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

3. Informação sobre a audiência de Representantes da Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Industrial (ACPI) e da Associação Internacional para a Proteção da Propriedade Intelectual (AIPPI) no quadro da apreciação da Proposta de Resolução n.º 98/XII "Aprovar o Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013" Deputada Relatora, Gabriela Canavilhas (PS)

4. Pedido de parecer da COFAP sobre o Projeto de Lei n.º 764/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Aprova o regime de correção salarial dos trabalhadores da administração pública que exercem funções no estrangeiro (preferencialmente até 27 de fevereiro de 2015);

5. Distribuição de Iniciativas:

- Proposta de Resolução n.º 105/XII/4.<sup>a</sup> - "Aprova o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Ucrânia, por outro, assinado em Bruxelas, em 27 de junho de 2014" (PSD);

- Proposta de Resolução n.º 106/XII/4.<sup>a</sup> - "Aprova o Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República da Guiné Equatorial, assinado em Lisboa, em 15 de maio de 2014" (PSD);

- Proposta de Resolução n.º 107/XII/4.<sup>a</sup> - "Aprova o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Moldávia, por outro, assinado em Bruxelas, em 27 de junho de 2014" (PS).

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 168/XII/ 4.ª SL

#### 6. Apreciação de Pareceres:

- Conta Geral do Estado de 2013

Deputada Relatora, Maria José Moreno (PSD)

- Resolução da Assembleia da República nº 87/2014, de 29 de outubro -  
"Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade"

Deputada Relatora, Maria Ester Vargas (PSD).

7. Aprovação das Atas nº 157, de 9 dezembro de 2014; nº 158, de 16 de dezembro de 2014; nº 159, de 6 de janeiro de 2015; nº 160, de 7 janeiro de 2015; nº 161, de 8 de janeiro de 2015.

8. Outros assuntos.

---

#### 1. Informações.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início à reunião começando por informar que foi recebida proposta de visita de delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento do Kosovo, para troca de informações no domínio da cooperação entre comissões homólogas, reforço do papel da diplomacia parlamentar, com especial ênfase na formação dos grupos parlamentares de amizade, tendo sugerido e sido aceite pela Comissão que se daria uma resposta afirmativa, pedindo indicação de datas para o efeito. Informou ainda que a audição, conjunta com a Comissão de Defesa Nacional, dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, sobre a Base das Lajes, foi agendada para o próximo dia 24 de fevereiro.

2. Pedido do Presidente da República de assentimento da Assembleia da República à sua deslocação a Espanha no dia 19 de fevereiro próximo, para uma visita à Corunha e encontro com o Rei de Espanha, no contexto de uma cerimónia do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

A reunião prosseguiu tendo o Sr. Presidente apresentado o parecer relativo ao pedido do Presidente da República para a deslocação a Espanha no dia 19 de fevereiro próximo que, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

3. Informação sobre a audiência de Representantes da Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Industrial (ACPI) e da Associação

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 168/XII/ 4.ª SL

Internacional para a Proteção da Propriedade Intelectual (AIPPI) no quadro da apreciação da Proposta de Resolução n.º 98/XII "Aprovar o Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013"

A Sr.ª Deputada Gabriela Canavilhas (PS) deu conta do ponto de situação sobre esta matéria, o Governo aprovou uma proposta de resolução que visa aprovar o acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes. Até agora, as questões litigiosas emergentes em matéria de patentes são dirimidas em Portugal, em língua portuguesa. Com a criação deste Tribunal, os litígios passariam a ser dirimidos neste tribunal, o que obrigará a deslocações e à apresentação das peças processuais em língua estrangeira, com custos mais elevados. Esta questão pode até ser inconstitucional por dificultar ou mesmo impedir o acesso à justiça. Informou ainda que está a ser preparado um estudo de avaliação de impacto da adesão a este Acordo pela Deloitte, pelo que, até à sua publicação, sugere que não se avance com o processo de aprovação. Concluiu considerando que a não aprovação não altera a situação vigente, dado que até ao presente poucos países aderiram.

O Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) agradeceu a apresentação feita que, considerou muito clara relativamente à situação existente e aos receios apresentados por vários representantes de pequenas e médias empresas. Muito do tecido empresarial português já parte em desvantagem em termos de patentes pelo que estas medidas devem ser assumidas com muita cautela. Uma visão ibérica pode ser parte da solução. Subscrive o pedido de suspensão e a concluir perguntou se havia previsão para a conclusão do estudo.

O Sr. Presidente acrescentou ainda a pergunta sobre quem tinha encomendado o estudo.

A Sr.ª Deputada Gabriela Canavilhas (PS) disse que o estudo deveria estar concluído este mês e que tinha sido encomendado pelas associações que aqui foram recebidas, a Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Intelectual e a Associação Internacional para a Proteção da Propriedade Intelectual.

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 168/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

4. Pedido de parecer da COFAP sobre o Projeto de Lei n.º 764/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Aprova o regime de correção salarial dos trabalhadores da administração pública que exercem funções no estrangeiro (preferencialmente até 27 de fevereiro de 2015).

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) voluntariou-se para analisar esta iniciativa porque tem impacto sobre os funcionários consulares e os professores e mencionou a situação dos professores que dão aulas de português na Suíça, que, por causa de medidas recentemente adotadas pelo banco central suíço, que se repercutem na massa salarial, vivem uma situação muito angustiante.

O Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) quis apenas deixar uma nota na sequência da menção à situação na Suíça, da necessidade expressa por funcionários consulares residentes noutras partes do mundo que precisam também de um mecanismo de correção salarial.

#### 5. Distribuição de Iniciativas:

- Proposta de Resolução n.º 105/XII/4.<sup>a</sup> - "Aprova o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Ucrânia, por outro, assinado em Bruxelas, em 27 de junho de 2014" (PSD);
- Proposta de Resolução n.º 106/XII/4.<sup>a</sup> - "Aprova o Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República da Guiné Equatorial, assinado em Lisboa, em 15 de maio de 2014" (PSD);
- Proposta de Resolução n.º 107/XII/4.<sup>a</sup> - "Aprova o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Moldávia, por outro, assinado em Bruxelas, em 27 de junho de 2014" (PS).

Devido à similitude das propostas de resolução n.º 105 e 107 foi designado Relator de ambas o Sr. Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD). O Sr. Deputado Carlos Páscoa (PSD) foi designado Relator da Proposta de Resolução n.º 106/XII/4.<sup>a</sup>.

#### 6. Apreciação de Pareceres:

- Conta Geral do Estado de 2013;

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 168/XII/ 4.ª SL

A Sr.ª Deputada Maria José Moreno (PSD) apresentou o parecer começando por fazer um enquadramento da situação a nível nacional e internacional. Assim em 2013 assistiu-se a um abrandamento da economia mundial, destacando-se a continuação de um reduzido crescimento das economias avançadas e um menor dinamismo dos países emergentes e em desenvolvimento. O orçamento consolidado do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) registou em 2013 uma taxa de execução de 95,7%, o equivalente a 348,5 milhões de euros. Excluindo as contribuições e quotizações para organizações internacionais, o orçamento do MNE registou um acréscimo de despesa de 4,9% face ao ano anterior, o que decorreu fundamentalmente da reposição do subsídio de férias e de Natal, no montante de 14,6 milhões de euros. Concluiu, referindo que, de acordo com o Governo, a execução orçamental traduziu o efeito de medidas com impacto na despesa que foram implementadas, designadamente a reforma da Rede Consular e racionalização do património arrendado do MNE, o redimensionamento do pessoal do quadro externo e redução de encargos com o pessoal especializado e ainda a redução dos consumos intermédios.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) felicitou a Sr.ª Deputada pelo Parecer que apresentou e prosseguiu referindo que o que demonstra a Conta Geral do Estado é uma opção política relativa a um ministério que envolve uma percentagem reduzida do Orçamento do Estado. As nossas representações externas sofreram bastante com as reduções, nalguns casos de praticamente metade dos funcionários, quando, em simultâneo, se verificava um aumento dos fluxos migratórios. O Ministério teve de pagar 2,2 milhões de euros de indemnização aos funcionários consulares porque não cumpriu as obrigações com estes funcionários, no Brasil e noutros países, pelo que acabou por pagar mais do que deveria ter pago.

O Sr. Deputado Carlos Páscoa (PSD) pediu a palavra para comentar esta questão e disse que isto não tem a ver com o atual governo, mas sim com o anterior, embora as verbas tivessem sido pagas em 2013.

Retomou a palavra o Senhor Deputado Paulo Pisco (PS) para refutar a posição habitualmente manifestada pelo PSD de que todos os problemas do presente provêm do passado, o que não corresponde à verdade.

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 168/XII/ 4.ª SL

O Sr. Presidente agradeceu o Parecer manifestando discordância da parte em que são mencionados os indicadores macroeconómicos.

Submetido a votação, foi o parecer aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

- Resolução da Assembleia da República nº 87/2014, de 29 de outubro -  
"Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade"

A Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas (PSD) apresentou o [Relatório](#) começando por mencionar a metodologia utilizada para a sua elaboração. Disse que os contributos que foram recebidos são apresentados da maneira mais factual possível até porque, sobre esta matéria, é necessário que se crie um amplo consenso. Incluiu no Relatório o que de mais relevante foi mencionado pelos grupos parlamentares.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) felicitou a Sr.ª Deputada pelo Relatório e disse que os problemas demográficos são muito importantes e podem colocar em causa a nossa sustentabilidade em termos futuros. Concluiu considerando que todos os contributos são de grande relevância.

O Sr. Presidente felicitou a Sr.ª Deputada Relatora pelo que não se antevia como um exercício fácil: perspetivar o problema da natalidade no quadro desta comissão. Fez dois considerandos: quando é feita a referência à necessidade de adotar legislação que permita conciliar a vida profissional e a vida familiar, não há referência à necessidade de uma rede de creches. No ponto 7, quando se aponta a formação das mulheres como um fator que contribui para reduzir a natalidade, considera uma afirmação muito machista.

A Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas (PSD) agradeceu as chamadas de atenção e disse que estas referências tinham resultado dos contributos das entidades ouvidas. Quanto à rede das creches, é referida, mas concorda com a proposta de aditamento que irá acrescentar.

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS**

**ACTA NÚMERO 168/XII/ 4.ª SL**

Submetido a votação, foi o Relatório aprovado por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

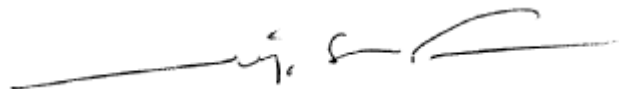
7. Aprovação das Atas: nº 157, de 9 dezembro de 2014;nº 158, de 16 de dezembro de 2014;nº 159, de 6 de janeiro de 2015;nº 160, de 7 janeiro de 2015;nº 161, de 8 de janeiro de 2015.

Procedeu-se de seguida à votação das atas que foram todas aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

Não havendo outros assuntos a tratar foi a reunião encerrada às 17:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 fevereiro 2015.

**O PRESIDENTE**



**(SÉRGIO SOUSA PINTO)**

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS**

**ACTA NÚMERO 168/XII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Celeste Correia  
Feliciano Barreiras Duarte  
Maria Ester Vargas  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria João Ávila  
Maria José Moreno  
Maria Manuela Tender  
Mário Magalhães  
Paulo Pisco  
Ricardo Baptista  
Leite Sérgio Sousa  
Pinto Ângela Guerra  
Fernando Virgílio Macedo  
José Lino Ramos  
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Lobo D' Ávila  
Glória Araújo  
Maria de Belém Roseira  
Nuno Magalhães

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira  
Carla Cruz  
Helena Pinto